

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015-00007
EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paragominas, através da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº. 004/2015 de 11 de março de 2015, publicada em 16 de março de 2015 do Senhor Prefeito Municipal, que nomeia Presidente, Secretário e Membro, torna Público a quem interessar possa que na sala de reuniões do Departamento de Licitações, em sua sede, sito na Rua do Contorno, nº. 1212 - Centro, nesta cidade, estará realizando a seguinte TOMADA DE PREÇOS, objetivando: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA DE SEGUROS PARA OS VEICULOS TIPO ÔNIBUS / MICRO-ÔNIBUS DE PROPRIEDADE DESTA PREFEITURA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATÉ 31/12/ 2015”.

ABERTURA DO CERTAME: 19 DE MAIO DE 2015.
HORÁRIO: 09:00h.

CLÁUSULA I - DO ESTATUTO JURÍDICO:

1.1 A licitação em referência será regida pela Lei nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 que trata da matéria no âmbito da Administração Pública e suas alterações.

CLÁUSULA II - DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1 Esta tomada de Preços tem por objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA DE SEGUROS PARA OS VEICULOS TIPO ÔNIBUS / MICRO-ÔNIBUS DE PROPRIEDADE DESTA PREFEITURA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATÉ 31/12/ 2015”.

2.2 ANEXO I – MODELOS:

- 2.2.1 Declaração de Concordância com as Cláusulas do Edital;
- 2.2.2 Declaração do Menor – art. 7º, inciso XXXIII da CF);
- 2.2.3 Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- 2.2.4 Declaração de Responsabilidade;

2.3 ANEXO II:

- 2.3.1 Definição dos ITENS;
- 2.3.2 Protocolo de retirada de Edital.
- 2.3.3 Protocolo de divulgação de Edital.
- 2.3.4 Minuta do Contrato.

CLÁUSULA III - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1 Poderão participar deste certame os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constantes deste edital e que se manifestarem interessados com antecedência de até 72h da apresentação das propostas, e que sejam CADASTRADOS na Prefeitura com antecedência mínima de 72h à abertura do certame.

3.2 Cada licitante apresentar-se-á com, UM REPRESENTANTE LEGAL que, devidamente munido de documentos, será o ÚNICO ADMITIDO a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo apresentar para a comissão, documentos comprobatórios de identificação e estes quando não forem os titulares das empresas deverão apresentar Instrumento Público ou Particular de Procuração devidamente registrado em Cartório, juntamente com documento de identificação (RG), antes da abertura do envelope HABILITAÇÃO.

3.3 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um Licitante.

3.4 NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO a participação de empresas nas seguintes situações:

3.4.1 Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

3.4.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual;

3.4.3 Empresa que mantenha em seu quadro servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

3.5 MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.5.1 As Empresas Micro e Pequenas Empresas que fizerem uso da Lei 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital de Licitação, ainda que com ressalva.

3.5.2 Nas contratações públicas da união, dos estados e dos municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo á inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente, conforme Art. 47 da Lei nº. 123/2006.

3.5.3 Para que sejam beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/06, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO/REENQUADRAMENTO expedida pela junta comercial do Estado onde fique demonstrada e comprovada a sua atual condição de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme art.8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC.

CLÁUSULA IV - DOS ENVELOPES: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

4.1 Os envelopes de HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados no edital para abertura deste certame em envelopes SEPARADOS, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

4.1.1 Envelope nº. 1: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

4.1.2 Envelope nº. 2: PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2 Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS/SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS
DEPTº. DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015-00007
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE CNPJ:
ENVELOPE Nº. 01 (HABILITAÇÃO) ENVELOPE Nº. 02 (PROPOSTAS DE PREÇOS)

CLÁUSULA V – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: (ENVELOPE Nº 01)

5.1 Apresentar a documentação de habilitação na forma ENCADERNADA, NUMERADA, respeitando a sua ordem especificada no edital.

5.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1 Documentação dos Sócios ou diretores (Cópias do R.G e CPF);

5.2.2 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor ou ainda a consolidação, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhadas de documento de eleição de seus administradores;

5.2.3 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de provas da diretoria em exercício;

5.2.5 Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3 EM CASO DE REPRESENTANTE:

5.3.1 Além da cópia do contrato social, DEVERÁ APRESENTAR instrumento PÚBLICO OU PARTICULAR DE PROCURAÇÃO com firma reconhecida, ambas contendo poderes expressos todos os atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

5.3.2 Cópia do documento oficial de identificação (RG), CNH com foto e CPF do Representante;

5.3.3 AS CÓPIAS SIMPLES dos documentos devem ser apresentadas junto com as originais para serem autenticada por membro da equipe de apoio da CPL, OU por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas.

5.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

5.4.1 Prova de que a empresa possui atestado fornecido por pessoa Jurídica de Direito público ou privado, que tenha executado os serviços com CARACTERÍSTICAS DO OBJETO DA LICITAÇÃO, em papel timbrado e com ASSINATURA DEVIDAMENTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO.

5.5 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.5.1 BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, apresentado na forma da Lei, e demonstração de índice de liquidez que deverá ser IGUAL OU SUPERIOR A 01 (UM), calculado e demonstrado pela fórmula: $ILC = AC/PC$, ONDE: ILC: ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE; AC: ATIVO CIRCULANTE; PC: PASSIVO CIRCULANTE, assinado, carimbado pelo contador REGISTRADO PELA JUNTA COMERCIAL;

5.5.2 BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período;

5.5.3 Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/1976 (sociedade anônima):

a.1) Publicado em Diário Oficial ou publicado em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

b.1) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c) Sociedade criada no exercício em curso:

c.1) fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5.5.3.2 O balanço ou as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.5.3.3 As empresas obrigadas a utilizar a ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL a partir de 1º de Janeiro de 2008 terão a obrigatoriedade de apresentar seu Balanço Contábil até Junho do ano seguinte do ano-calendário a que se refira a escrituração (Instrução Normativa 787 de 19 de Outubro de 2007).

5.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa (Emissão com data até 180 dias anterior a data da Abertura do Certame). Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com a data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto a CERTIDÃO DE FALÊNCIA E DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL e ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

5.7 Prova de que a empresa possui Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global ganho em licitação totalmente integralizado.

5.8 As empresas micro e pequenas estão dispensadas da apresentação do balanço na forma da lei, devendo apresentar apenas o DEMONSTRATIVO FINANCEIRO.

5.9 HABILITAÇÃO FISCAL:

5.9.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.9.2 Ficha de Inscrição Cadastral Estadual (FIC)

5.9.3 Alvará de Funcionamento do domicílio ou sede do licitante e pertinente ao seu ramo de atividade, conforme for o caso;

5.10 COMPROVANTES DE REGULARIDADE:

5.10.1 FAZENDA (FEDERAL): Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.10.2 ESTADUAL: Certidões Negativas de Natureza Tributária e Não Tributária

5.10.3 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS domicílio ou sede do licitante e se possuir Filial ou desempenhar atividades no Município de Paragominas/PA.

5.10.4 Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS;

5.10.5 Certidão Negativa de Débito junto ao FGTS, comprovando a regularidade da empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

5.11 REGULARIDADE TRABALHISTA:

5.11.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (caso a empresa tenha filiais, os documentos apresentados com relação a CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas) deverão ser apresentados de todas as filiais, bem como da matriz, CONF. ART. 642-A DA CLT, ACRESCENTANDO PELA LEI Nº 12.440 DE 07/07/2011, E NA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1470/2011 DO TST DE 24/08/2011.

5.12 TODAS AS CERTIDÕES EMITIDAS VIA INTERNET DEVERÃO SER ORIGINAIS.

5.13 As empresas que apresentarem as certidões de regularidades COM DÍVIDA deverão apresentar juntamente com as mesmas os 03 (três) últimos Comprovantes de pagamentos regularizados caso haja, exceto quando estiverem com exigibilidade suspensa. A Certidão Negativa de Débito Municipal que deve estar REGULAR.

5.14 DECLARAÇÕES (Ver anexo I) – Apresentadas em Original:

5.14.1 DECLARAÇÃO de que concorda com as cláusulas do edital.

5.14.2 DECLARAÇÃO de que a firma NÃO possui em seu QUADRO PERMANENTE MENORES, conforme art. 7 XXXIII da constituição Federal/88, redação dada pelo artigo 1º da emenda constitucional nº. 20/98. XXXIII - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos salvo na condição aprendiz, a partir de quatorze anos. Art. 27, da lei 8.666/93.

5.14.3 DECLARAÇÃO de Enquadramento em Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)

5.14.4 DECLARAÇÃO de que a contratada assume inteira Responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a PMP, a terceiros por si, representantes ou sucessores.

5.15 Os documentos devem ser apresentados em ORIGINAL acompanhados de CÓPIAS SIMPLES para serem autenticadas pela CPL ou apresentadas por qualquer processo de CÓPIA AUTENTICADA POR TABELIÃO DE NOTAS. (art. 32 – lei 8.666/93)

5.16 Caso a empresa tenha Filiais, os documentos apresentados deverão apresentar um ÚNICO CNPJ, ou da matriz ou da filial.

5.17 As empresas interessadas em participar do certame poderão enviar seus envelopes de habilitação e proposta de preços devidamente lacrados, via correio, sendo endereçados diretamente ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paragominas, situada a Rua do Contorno, nº. 1212 Bairro: Centro – Paragominas/PA, CEP: 68.625-970. Os envelopes deverão estar devidamente identificados, conforme demonstrado na cláusula V, do presente edital. A Prefeitura Municipal de Paragominas, não se responsabilizará por correspondências extraviadas.

5.18 SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR:

5.18.1 em nome da licitante, e preferencialmente com número do CNPJ e com endereço respectivo;

5.18.2 se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.18.3 se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

5.18.4 os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante;

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes, matriz e filiais, com diferenças de números de documentos pertinentes as CNDS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.19 Os documentos mencionados acima NÃO PODERÃO ser substituídos por qualquer tipo de protocolo;

5.20 Os envelopes com documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder da CPL, como parte integrantes do processo;

5.21 Para efeito deste item considera-se vencida a fase de habilitação com a divulgação de seu resultado.

5.22 Caso a empresa tenha Filiais, os documentos apresentados devem ser com ÚNICO CNPJ, ou da matriz ou da filial.

CLÁUSULA VI - DA PROPOSTA: (ENVELOPE Nº 02)

6.1 A proposta de preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, redigida com clareza,

para apresentação de nova documentação e/ou outras propostas, livre das causas referidas na condição anterior.

7.2.8 É facultada à Comissão de Licitação em qualquer de suas fases, a promoção de diligências destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, desde que não haja alteração da proposta inicial;

CLÁUSULA VIII – DOS RECURSOS:

8.1 Ao final da sessão, depois de declarado o vencedor da Tomada de Preços, qualquer licitante credenciado poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, devendo desde logo expor suas razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para juntar memorial e razões do recurso por escrito, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. As manifestações recursais deverão ser encaminhadas em original ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Paragominas para o seu devido registro;

8.2 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.3 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata;

8.4 Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor;

8.5 Quando o licitante se ausentar antes do termino da Ata e da sessão, entregara ao (a) Presidente (a) uma declaração de desistência, informando estar ciente das conseqüências deste ato, uma vez preclui o direito de recorrer quando ausente a manifestação em ata.

8.6 Os recursos serão admitidos dentro do que estabelece o artigo 109, da Lei nº. 8.666/93. Para que sejam conhecidos os recursos, o licitante interessado deverá, quando proferido o julgamento, manifestar desde logo, preliminar do seu projeto, recurso ou impugnação, o qual constará obrigatoriamente da ata dos trabalhos.

CLÁUSULA IX – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

9.1 Inexistindo manifestação recursal, caberá ao (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame, com a posterior homologação do resultado pelo Prefeito Municipal de Paragominas.

9.2 Ocorrendo recursos, resolvidos os mesmos, caberá ao Prefeito Municipal de Paragominas a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, seguindo competente homologação do resultado.

9.3 Depois de declarado como vencedor, o mesmo, terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, após a convocação para assinatura do contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8666/93.

9.4 O prazo de convocação será prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela PMP.

9.5 A recusa injusta do licitante vencedor em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Ato Convocatório.

9.6 A Prefeitura Municipal de Paragominas se reserva ao direito de adjudicar/homologar o serviço total ou parcialmente, objeto deste Edital, em função dos elevados interesses da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA X - DO CONTRATO:

10.1 As obrigações decorrentes da Licitação constarão de Contrato Bilateral, no qual serão discriminadas as condições estabelecidas neste Edital e na proposta da vencedora.

10.2 O vencedor quando convocado terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8666/93. No momento da assinatura do contrato, no caso de pessoa jurídica, deverá estar com todos os documentos fiscais válidos. A minuta do Contrato estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Paragominas;

10.3 Para fins de contratação, a empresa vencedora, deverá possuir certificação digital (e - CNPJ) para assinatura do contrato através de arquivo digitalizado (e-CNPJ). A assinatura do contrato através de arquivo digital, NÃO DESOBRIGARÁ o contratado (a) da assinatura do contrato escrito.

10.4 O prazo do referido contrato será de 12(doze) meses, a partir da contratação.

10.5 O referido Contrato poderá ser prorrogado, nos casos previstos nos parágrafos 1º e/ou 2º do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

10.6 A assinatura do Contrato será efetivada após aprovação e homologação do resultado desta Licitação, pelo Prefeito Municipal de Paragominas;

10.7 FARÃO PARTE INTEGRANTE DO CONTRATO:

10.7.1 Os itens constantes no presente Edital;

10.7.2 O presente Edital;

10.7.3 Proposta Comercial e orçamento discriminado;

10.8 Para eventuais serviços não previstos ou extracontratuais, os preços unitários serão fixados mediante acordo entre as partes.

10.9 O licitante que se recusar ou deixar de assinar o Contrato dentro do prazo de 03 (três) dias, contados da convocação realizada pela Administração, ficará sujeito às penalidades previsto na Lei.

CLÁUSULA XI - DA ORIGEM DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

11.1 Os recursos orçamentários, necessários e suficientes ao pagamento do preço, constam da Lei Orçamentária do Município e estão livres e não comprometidos.

- EXERCÍCIO 2015
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: 0904.12361.12012.112 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB.
- ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV.TERC. PESSOA JURIDICA
- SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS DE PESSOA JURIDICA.
- FONTE DE RECURSO: FUNDEB.

CLÁUSULA XII – DAS PENALIDADES:

12.1 Em caso de inexecução total ou parcial do contrato independente da rescisão será iniciado ou instruído pela Prefeitura Municipal de Paragominas, processo de inidoneidade da contratada para licitar, contratar ou subcontratar com o Município.

12.2 No caso de atraso no início do serviço, no andamento previsto na proposta e na conclusão do mesmo, a contratada estará sujeita à penalidades seguinte:

12.2.1 Advertência por escrito;

12.2.2 Multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor dos serviços não executados sem justa causa;

12.2.3 20% (vinte por cento) do valor global do contrato quando houver rescisão por inadimplemento da contratada sem prejuízo da penalidade prevista no item anterior.

12.2.4 Suspensão temporária do direito de licitar, contratar ou subcontratar com a Prefeitura Municipal de Paragominas.

12.3 A recusa ou retardamento na assinatura do contrato será penalizado com multa de 20%

(vinte por cento) do valor da licitação.

12.4 As multas pecuniárias referidas nesta cláusula deverão ser colocadas à disposição da Prefeitura Municipal de Paragominas, através da sua Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ciência do contratado, da aplicação da penalidade, sob pena de, inclusive, ficar impedido de participar de licitações processadas pela referida Prefeitura.

CLÁUSULA XIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1 O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará o Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

13.1.1 Advertência;

13.1.2 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Paragominas por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração por prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

13.1.4 Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato;

13.1.5 As sanções poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovadas perante a Prefeitura Municipal de Paragominas.

CLÁUSULA XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

14.1 DA CONTRATANTE:

14.1.1 Efetuar o pagamento em 12 parcelas, mediante a apresentação do boleto referente a apólice do seguro, atestada pela Secretaria Municipal de Educação e Prefeito Municipal.

14.2 DA CONTRATADA:

14.2.1 Realizar os serviços conforme estabelecido em Edital/Contrato.

14.2.2 INFORMAÇÕES PARA COBERTURA DA SEGURADORA:

CASCO (Compreensiva) 100% da tabela FIPE.

CRF Responsabilidade Civil Facultativa

Danos Materiais R\$ 125.000,00

Danos Pessoais R\$ 125.000,00

APP (Acidentes Pessoais de Passageiros)

Morte R\$ 30.000,00

Invalidez R\$ 30.000,00

Assistência 24 horas: 400 km

CLÁUSULA XV - IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

15.1 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidades, PROTOCOLIZANDO O PEDIDO ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS ANTES DA DATA FIXADA PARA ABERTURA DO CERTAME, NO PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS.

15.2 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, ou os esclarecimentos ou providências solicitados determinem alterações no Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA XVI – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

16.1 Dar cobertura de seguro aos veículos da frota do Transporte Escolar da SEMEC – Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA XVII – FISCALIZAÇÃO:

17.1 A contratante fiscalizará a execução dos serviços realizados pelo contratado a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as cláusulas do contrato.

17.2 Com relação à qualidade, será aprovada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Educação e caso não esteja nos padrões exigidos, serão interrompidos o serviço.

17.3 Não obstante seja a única e exclusiva responsável pela contratação dos serviços, objeto deste instrumento, a contratante através de comissão especialmente designada pela Secretaria Municipal de Educação, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.

17.4 Fica nomeada através da PORTARIA 06/2015 de 23 de março de 2015, publicada em 25 de março de 2015, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos no que se refere a prestação de serviços comuns, cuja Prefeitura Municipal de Paragominas se apresenta como contratante e conforme indicação da Secretaria Municipal de Educação, determina a partir desta data as servidoras: Clarice Lira Nogueira (RG 1455148 SSP/PA), Clarisse Pinheiro Correa (RG 3077039 SSP/PA) e Fábio Alessandro Maciel Fialho (RG: 3099755 SSP/PA) – Secretaria Municipal de Educação (fiscalizar os contratos de serviços comuns), devendo, portanto o setor competente promover anotações em registro próprio, contendo as ocorrências relacionadas à execução dos contratos, sempre buscando a regularização das falhas detectadas, exigindo assim o fiel cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA XVIII - DA MULTA:

18.1 Pelo inadimplemento de qualquer condição prevista neste Edital e no Contrato, a empresa ficará sujeita às multas ali mencionadas.

18.2 As multas serão calculadas em 1% (um por cento) ao dia, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste processo licitatório no máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.

CLÁUSULA XIX - DA RESCISÃO:

19.1 O Contrato, a autorização para a execução dos serviços e a nota de empenho prévio da despesa, poderá ser rescindido ou revogado, conforme o caso, quando for positivado:

19.1.1 Inobservância e cumprimento irregular de cláusula do edital ou contrato;

19.1.2 O desatendimento das determinações regulares emanadas da fiscalização da Prefeitura Municipal de Paragominas;

19.1.3 O cometimento reiterado de atraso na execução dos serviços, ensejadores de aplicação de penas disciplinares;

19.1.4 A decretação de falência ou pedido de concordata;

19.1.5 A dissolução da sociedade ou falecimento do Contratado, conforme o caso;

19.1.6 Razões de interesse público, regularmente explicitado.

19.1.7 A rescisão do Contrato e as suas consequências observarão os parâmetros definidos na Lei nº. 8.666/93 capítulo III, Seção V.

CLÁUSULA XX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

20.1 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.2 Das reuniões de abertura e julgamento da HABILITAÇÃO E PROPOSTA lavrar-se-ão atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da comissão e licitantes presentes.

20.3 No interesse da administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

20.3.1 Adiada a data da abertura desta licitação;

20.3.2 Alteradas as condições do edital, com fixação do novo prazo para sua realização.

20.4 A Prefeitura Municipal de Paragominas poderá anular ou revogar, no todo ou em parte, a Tomada de Preços, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público decorrente de fato superveniente, dando ciência aos interessados desta decisão;

20.5 A participação nesta Tomada de Preços implicará aceitação integral e irretratável das normas do edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

20.6 É facultada ao Presidente da CPL ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

20.7 A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Paragominas, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Prefeitura Municipal de Paragominas;

22.8 Após a fase de lances verbais haverá um prazo de 48 horas para apresentação da nova proposta de preços, em seguida a homologação, assinatura de contratos e entrega dos produtos;




22.9 Fica eleito o Foro de Paragominas, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas relativas a este Edital, ou questões judiciais do futuro contrato.

CLÁUSULA XXI - DO FORO:

21.1 Fica eleito o foro da Cidade de Paragominas, para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Licitação.

Paragominas/PA, 04 de Maio de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	FRANCISCA KELREN MEDEIROS NASCIMENTO	
SECRETÁRIA	MARIA CECILIA DO NASCIMENTO RAMOS	
MEMBRO	LUCIANA BRITO VIEIRA	



PAULO POMBO TOCANTINS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015-00007
ANEXO I - MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO QUE CONCORDA COM AS CLÁUSULAS DO EDITAL
(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À
Comissão Permanente de Licitação
Ref. TOMADA DE PREÇOS - Nº 2/2015-00007

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por
intermédio do seu representante legal, o Sr.(a) _____, portador (a) da carteira de
identidade nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, para fins de que a
empresa está de acordo com as cláusulas do Edital.

CIDADE/UF, DD de MMMM DE 201__

Carimbo do CNPJ/MF da empresa
Assinatura do responsável da empresa

À
Comissão Permanente de Licitação
Ref. TOMADA DE PREÇOS - Nº 2/2015-00007

MODELO DE DECLARAÇÃO-(art.7º, inciso XXXIII da CF)
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO A MENORES
(Em papel timbrado da empresa)

Declaramos para os devidos fins que a nossa empresa, em consonância com o mandamento
constitucional contido no inciso XXXIII, artigo 7º, não concede trabalho noturno, perigoso ou
insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na
condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015-00007
ANEXO I - MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA ou EMPRESA DE
PEQUENO PORTE

(Em papel timbrado da empresa)

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref. TOMADA DE PREÇOS - Nº 2/2015-00007

....., inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no item 7 – Condições para Participação do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.(data)

.....
(representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa. Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro e Equipe de Apoio juntamente com os envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes junto aos documentos de credenciamento, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º 123/2006.

ANEXO I
MODELOS DE DECLARAÇÕES
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
(Em papel timbrado da empresa)

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref. TOMADA DE PREÇOS - Nº 2/2015-00007

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA que assume integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a PMP, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa

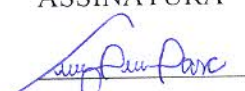

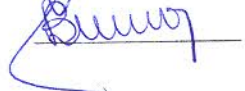
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015-00007
ANEXO II - DEFINIÇÃO DOS ITENS

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA DE SEGUROS PARA OS VEICULOS TIPO ÔNIBUS / MICRO-ÔNIBUS DE PROPRIEDADE DESTA PREFEITURA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATÉ 31/12/ 2015”.

ITEM	DESCRIÇÃO	ANO	MARCA	PLACA	CHASSI	COMBUSTÍVEL
1	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 03	2004/2004	MERCEDES BENZ	JUJ 9763	9BM3840674B367303	S-10
2	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 04	2006/2006	MERCEDES BENZ	JVA 0598	9BWR682W96R622838	S-10
3	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 05	2009/2009	WOLKSWAGEN	JVW 5826	9BWR882W69R931584	S-10
4	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 06	2009/2009	WOLKSWAGEN	JWC 9566	9BWR882W69R931620	S-10
5	MICRO ÔNIBUS ESC. 4X4 Nº 07	2011/2012	VOLARE	OFM 6881	93PB51G1MCC040350	S-10
6	MICRO ÔNIBUS ESC. 4X4 Nº 08	2011/2012	VOLARE	OFQ 6701	93PB51G1MCC040349	S-10
7	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 09	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 5336	9532E82W8CR244890	S-10
8	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 10	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 5306	9532E82W3CR244375	S-10
9	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 11	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 5266	9532E82W6CR250266	S-10
10	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 12	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 5216	9532E82W7CR246677	S-10
11	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 13	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 4556	9532E82W5CR244927	S-10
12	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 14	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 4506	9532E82W0CR243880	S-10
13	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 15	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 4496	9532E82W5CR244555	S-10
14	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 16	2012/2012	WOLKSWAGEN	OFM 4346	9532E82W9CR246633	S-10
15	MICRO ÔNIBUS ESC. 4X4 Nº 17	2013/2014	VOLARE	OTA 6367	93PB58M1MDC047993	S-10
16	MICRO ÔNIBUS ESC. 4X4 Nº 18	2013/2014	VOLARE	OTA 6437	93PB58M1MDC047994	S-10
17	MICRO ÔNIBUS ESC. 4X4 Nº 19	2013/2014	VOLARE	OTA 6477	93PB58M1MDC047998	S-10
18	MICRO ÔNIBUS ESC. 4X4 Nº 20	2013/2014	VOLARE	OTA 6537	93PB58M1MDC048000	S-10
19	MICRO ÔNIBUS COMUM C/AR Nº 21	2013/2014	VOLARE	OTX 5380	93PB55M1OE0490065	S-10
20	ÔNIBUS COMUM C/ AR Nº 22	2013/2014	MERCEDES BENZ	OTX 8111	9532E82W5DR350490	S-10
21	ÔNIBUS COMUM C/ AR Nº 23	2013/2014	MERCEDES BENZ	OTX 8161	9532E82W4DR350786	S-10
22	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 24	2013/2014	MERCEDES BENZ	OTM 7303	9BM384069EB933194	S-10
23	ÔNIBUS ESCOLAR Nº 25	2013/2014	MERCEDES BENZ	OTM 7333	9BM384069EB941585	S-10

Paragominas/PA, 04 de Maio de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
PRESIDENTE	FRANCISCA KELREN MEDEIROS NASCIMENTO	
SECRETÁRIA	MARIA CECILIA DO NASCIMENTO RAMOS	
MEMBRO	LUCIANA BRITO VIEIRA	


PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015-00007

PROTOCOLO DE RETIRADA DE EDITAL

Declaramos ter recebido da Prefeitura Municipal de Paragominas - Deptº de Licitação, o Edital TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015-000XX.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA DE SEGUROS PARA OS VEICULOS TIPO ÔNIBUS / MICRO-ÔNIBUS DE PROPRIEDADE DESTA PREFEITURA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATÉ 31/12/ 2015”.

ABERTURA DO CERTAME: 19 DE MAIO DE 2015
HORÁRIO: 09:00h.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paragominas (Auditório)
(Av. do Contorno, 1212, Centro, Paragominas-PA)

PARAGOMINAS/PA, ____ DE _____ DE 20__.

CARIMBO COM O CNPJ E NOME DA EMPRESA

Fone: (____) _____

Fax: (____) _____

Responsável:

E-mail:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015-00007
Minuta do Contrato

CONTRATO Nº ____/2015

Contrato Administrativo de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS", que entre si celebram de um lado Prefeitura Municipal de Paragominas, e do outro, a firma XXXXXXXXX, como abaixo se declara.

Pelo Presente Contrato Administrativo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 05.193.057/0001-78, com sede na Rua do Contorno, nº 1212, centro, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. PAULO POMBO TOCANTINS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Ilhéus, nº. 198, Centro, nesta cidade, portador do CPF/MF nº 247.065.312-68 e Carteira de Identidade nº. 3.162.133 – SSP/PA, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro, a firma: XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ - nº XXXXXXXXXXXX, Inscrição Estadual nº XXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXX, nº __, Bairro XXXXXXXXXXXX representada pelo(a) Sr(a).XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) no mesmo endereço da firma acima mencionada, denominada para este ato Contratada têm justos e acordados o que melhor se declara, nas cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

1.1 Este Contrato tem por fundamento, TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015-00007, de 19 de Maio de 2015, devidamente homologada em xx de xxxxxx de 2015, pelo Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Paragominas.

CLÁUSULA II – LEGISLAÇÃO:

2.1 As Cláusulas e condições deste Contrato moldam-se às disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores a qual contratante e contratada está sujeitos.

CLÁUSULA III - DO OBJETO:

3.1 O objeto do presente contrato refere-se a: OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA DE SEGUROS PARA OS VEICULOS TIPO ÔNIBUS /MICRO-ÔNIBUS DE PROPRIEDADE DESTA PREFEITURA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATÉ 31/12/ 2015".

CLÁUSULA IV - DO VALOR:

4.1 O valor global do contrato de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será realizado em 12(doze) parcelas, mediante a apresentação do boleto referente à apólice do seguro, atestada pela Secretaria Municipal de Educação e Prefeito Municipal.

5.2 As Notas Fiscais devem ser emitidas mensalmente de acordo com a prestação do serviço. Deverão ser entregues mediante atesto da SEMEC.

5.3 A Contratada fica ciente de que deverá apresentar à Contratante, em todos os meses, comprovante de pagamento do FGTS e INSS, incidentes sobre a folha de pagamento de seus funcionários, antes de receber o valor pelos serviços prestados.

5.4 A Contratante fica autorizada a reter o pagamento referente aos serviços prestados até que a Contratada apresente os comprovantes de pagamento do FGTS e INSS referente aos

empregados e empregador, incidentes sobre o mês anterior.

5.5 A recusa da Contratada em recolher os encargos acima citados autoriza a rescisão unilateral do presente Contrato, bem como, retenção dos valores devidos a título de encargos e impostos, e a Contratada não terá direito a qualquer tipo de indenização, ficando ainda sujeita às penalidades previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VI - DO PRAZO:

6.1 O serviço ora contratado será de _____ à 31 de Dezembro de 2015, entretanto, poderá ser prorrogado, nos casos previstos nos parágrafos 1º e/ou 2º do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VII - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 O valor acordado será pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, através da seguinte dotação orçamentária:

- EXERCÍCIO 2015
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: 0904.12361.120.12.112 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB.
- ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS DE PESSOA JURIDICA.
- SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS DE PESSOA JURIDICA.
- FONTE DE RECURSO: FUNDEB

CLÁUSULA VIII – RESPONSABILIDADE:

8.1 A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente, pelo fornecimento dos serviços de boa qualidade, respondendo diretamente pelos danos que, por si seus prepostos empregados ou subcontratados, por dolo ou culpa, causar à Prefeitura Municipal de Paragominas, ao patrimônio público ou a terceiros, não sendo elidida essa responsabilidade pela fiscalização e o acompanhamento dos serviços pela Prefeitura Municipal.

8.2 O Contratado deverá possuir conta bancária corrente junto a qualquer Instituição de Crédito dentro do país de acordo com o Decreto da Presidência da República nº. 6.170 de 25 de Julho de 2007;

CLÁUSULA IX – FISCALIZAÇÃO:

9.1 A contratante fiscalizará a execução do serviço realizado pelo contratado a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as cláusulas do contrato.

9.2 Com relação à qualidade, será aprovada pela Comissão instituída pela Coordenadoria de Administração e caso não esteja nos padrões exigidos, será interrompido a prestação do serviço.

9.3 Não obstante seja a única e exclusiva responsável pela locação, objeto deste instrumento, a contratante através de comissão especialmente designada pela Secretaria Municipal de Educação, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.

9.4 Fica nomeada através da PORTARIA 006/2015 de 23 de março de 2015, publicada em 25 de março de 2015, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos no que se refere à prestação de serviços comuns e aquisição de bens, cuja Prefeitura Municipal de Paragominas se apresenta como contratante e conforme indicação da Secretaria Municipal de Educação determina a partir desta data as servidoras: Clarice Lira Nogueira (RG 1455148 SSP/PA), Clarisse Pinheiro Correa (RG 3077039 SSP/PA) e Fábio Alessandro Maciel Fialho (RG: 3099755 SSP/PA) – Secretaria Municipal de Educação; devendo, portanto o setor competente promover anotações em registro próprio, contendo as ocorrências relacionadas à

Paragominas, ____ de _____ de 20__.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
PAULO POMBO TOCANTIS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas: 1: _____

2: _____

